

CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Rua Riachuelo, 217 – Centro -- 05002-070 São Paulo/SP – Brasil



Universidade Presbiteriana Mackenzie

Projeto “Memória da Constituinte (1987-1988)”

Depoimento:

SEBASTIÃO VELASCO E CRUZ

Equipe de Pesquisa

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) - coordenador/editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – coordenador adjunto

Ademar Seabra da Cruz Junior (MRE/Itamaraty)

Andrei Koerner (DCP/Unicamp)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

Nascido em Niterói em 1948, Sebastião Carlos Velasco e Cruz graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense em 1971. Cursou o Mestrado em Ciência Política no IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (1976) e Doutorado na Universidade São Paulo (1984). Em 1987, obteve o título de Docteur d'État pela Fondation Nationale des Sciences Politiques. Professor Titular de Ciência Política da UNICAMP, com atuação nas áreas de Estado, de Processos políticos e organização de interesses e de Relações Internacionais, publicou, entre outros, os livros Empresariado e Estado na transição brasileira (1995), Estado e Economia em tempos de crise (1997), Globalização, Democracia e Ordem Internacional (2004), e Trajetórias. Capitalismo Neoliberal e Reformas Econômicas nos países da Periferia. Juntamente com outros docentes e pesquisadores, fundou o INEU – Instituto Nacional de Estudos sobre os Estados Unidos. Foi presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) no biênio 2010-2011.

Constituinte e o capitalismo brasileiro

Para mim, o tema de uma Assembleia Constituinte fica consolidado a partir de 1984-1985, embora já se configurasse como bandeira da oposição desde 1977. Neste ano, o MDB inscreveu a idéia da Constituinte em sua plataforma política, num momento em que começava a abertura no Brasil e o processo ganhava um ímpeto inesperado.

Naquela ocasião, eu estava fazendo pesquisa, começando a minha carreira acadêmica. Fazia doutorado em Ciência Política, e decidi trabalhar a questão das relações entre Estado e empresariado. No final de 1978, fiz uma inflexão em meu projeto para incorporar o tema da lógica das rivalidades, dos conflitos de interesse, das contradições intraclasses - para usar um termo então corrente - no interior da burguesia. Eu pensava em fazer um estudo teórico sobre o problema, para entender o processo simultâneo de competição, de rivalidade, e de unificação dos interesses dos grupos dominantes. Se olharmos os empresários a partir de um acompanhamento pela imprensa, veremos que há uma pulverização

de interesses, de grupos, de associações, de entidades. Mas, o que separa e o que une as entidades empresariais? Eu pensava: há aqui um problema. Como entender a maneira como os interesses se dividem? Porque, em última instância, cada empresa é o foco de seu próprio interesse. Em sua ação pública, entretanto, os empresários não se apresentam em nome próprio; eles formam um coletivo: falam em nome do universo empresarial, em seu conjunto, ou de algum de seus segmentos. Mas, como é que esses segmentos se definem? Têm o mesmo recorte em todos os lugares? Não é bem assim. As organizações empresariais são bastante heterogêneas: algumas congregam produtores, administradores, fornecedores e assim por diante.

Seria preciso entender, ao mesmo tempo, esse movimento fragmentário de organização de interesses, por um lado, e, por outro, aquele através do qual esse universo tão disperso e diversificado se apresenta frequentemente com alto grau de coesão política, maior que a média de vários outros setores da sociedade.

Minha intenção original era fazer uma tese teórica, que contemplasse a leitura de *O Capital*, com o título “Estado, grupos e frações da burguesia”. Mas, naquele momento, li um trabalho que me impactou grandemente e que ia ao encontro de outro interesse fortíssimo naquela época, que era entender o que acontecia no Brasil. Era a tese do Carlos Lessa sobre o II PND, de Geisel.¹ No doutorado, eu havia feito uma disciplina com o professor Juarez Brandão e, como trabalho de curso, preparei uma análise da tese do Carlos Lessa, que depois se transformaria num artigo de cerca de 50 páginas.²

Esse trabalho gerou um grande dilema para mim. Em 1979, o Brasil vivia um período muito especial. Em 1977, houve a crise da magistratura, que levou ao Pacote de Abril, e às primeiras manifestações públicas de repúdio a atos do poder em muitos anos. Pouco depois, ocorreu a campanha pela reposição salarial de 1977, liderada pelo presidente do sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo.

Lula surgira na cena política brasileira antes ainda das greves, por conta da articulação desse movimento que desafiava o regime. Foi esta circunstância que o catapultou à condição de interlocutor do governo, como se viu na chamada “Missão Portella”, série de encontros realizados pelo presidente do Senado Federal, com o aval do Presidente Geisel.³ Em 1978, ocorria a greve dos metalúrgicos e em 1979 a segunda greve no ABC, que resultou na intervenção do sindicato. Esse é também o ano da anistia. Estávamos vivendo um momento de efervescência política. Estava claro que o regime militar estava entrando numa crise e que uma mudança iria acontecer. Eu então me perguntava: o Brasil está se passando a limpo, indo para as ruas, mergulhando em conflito político aceso. Por que não fazer uma tese sobre aquele mesmo assunto, os empresários e a política, mas especificamente no Brasil?

Mas eu estava atraído também pela ideia de desenvolver um estudo sobre o planejamento e a crise econômica como tese de doutorado. Logo veio a solução, sob a forma de uma pergunta: “Por que não juntar as duas coisas, a questão do empresariado e a mudança política no Brasil”? O comentário foi de Guillermo O’Donnell, quando lhe expus a dúvida que me afligia. A pergunta ficou trabalhando na minha cabeça, e poucos dias depois o problema estava resolvido: a minha pesquisa de tese seria sobre o tema ‘empresariado e política’, num país que estava vivendo a transição de um regime autoritário para algo ainda indefinido, em meio a uma crise econômica de grandes proporções.

Na época, eu estava me preparando para escrever um trabalho sobre o período todo, sem um recorte claramente retrospectivo. Havia um lado da pesquisa que olhava para trás e outro que olhava para frente -- com a expectativa, inclusive, de antecipar movimentos e transformações. Durante todo esse período, minha pergunta era a seguinte: como pensar isso tudo que está acontecendo no Brasil? Já nessa época, a embocadura do trabalho era para mim muito clara: pensar a

mudança no Brasil como transição de regime é um equívoco. Nós não estamos experimentando pura e simplesmente uma transição de um regime militar para um regime civil, que terá essa ou aquela fisionomia. Há um processo de recomposição da sociedade política brasileira e uma transformação estrutural do capitalismo no Brasil. É isso que está no âmago de todos os embates. Não há como separar os conflitos políticos do conflito social e das tensões e dos conflitos de interesses econômicos, inclusive os interesses que separam segmentos do empresariado.

RESERVA DE MERCADO E LIVRE-COMÉRCIO: CONTENCIOSOS INTERNACIONAIS

Em 1984, instala-se no país a política de reserva de mercado da informática, com o voto esmagadoramente majoritário de todos os parlamentares. Roberto Campos (PDS-MT) era contra. No dia 7 de setembro de 1985, o Governo Reagan incluiu o Brasil numa lista de infratores por conta desta política, e ameaçou adotar, no prazo de um ano, medidas retaliatórias, caso as mudanças necessárias para garantir condições justas não fossem adotadas. Era o começo de um contencioso muito áspero entre Brasil e Estados Unidos, que começa na área de informática e se estende depois a outras esferas. A política industrial da Nova República foi formulada por economistas da oposição, reunidos na chamada COPAG,⁴ coordenada pelo economista José Serra, que ainda não era parlamentar. A política industrial desse período previa a aplicação do mesmo mecanismo da política de informática a outros setores de tecnologia de ponta: química fina, novos materiais e assim por diante. O elemento diferenciador dessa política é que ela se propunha a proteger não exatamente *o mercado nacional*, mas o *produtor nacional*. Ou seja, garantir que certos segmentos da indústria de informática, da química fina ou dos novos materiais fossem implantados ou desenvolvidos no Brasil por empresas controladas por grupos nacionais. Ao tomar esse passo, o Estado brasileiro bateu de frente com os Estados Unidos.

Inovou, fez alguma coisa nunca vista antes na história? De jeito algum. Essa foi a política adotada na Coreia, com o beneplácito americano. A Coreia do Sul cresceu exatamente assim. Era uma indústria de inserção externa bem-sucedida, com controle estrito do capital estrangeiro. A Índia – agora sem o aval americano -- fez a mesma coisa; até muito recentemente, a parcela da indústria indiana sob controle internacional ou internacionalizado era bastante reduzida. O Brasil, de outra parte, tinha um passado diferente e está numa região do mundo diferente, o que levou a uma resposta muito forte dos EUA à adoção desse mecanismo pelo nosso país.

Pois bem, esse tipo de coisa fazia parte da agenda da nova rodada de negociações internacionais. O ano de 1986 marca uma inflexão na economia internacional, porque é quando os Estados Unidos finalmente conseguem impor aos países em desenvolvimento -- mas, sobretudo, ao Brasil e à Índia -- a abertura de uma nova rodada de negociações econômicas internacionais no GATT. A Rodada Uruguai estava destinada a ser uma rodada completamente diferente das outras, porque o que estava na mesa não era simplesmente, como nas anteriores, abertura, acesso a mercados, diminuição de tarifas e barreiras não tarifárias, mas a renegociação das regras gerais do regime internacional de comércio. Esse corpo de negociações incluía até mesmo tópicos que não têm relação direta com o comércio, tais como serviços, investimento estrangeiro e propriedade intelectual. Pelo alcance de sua pauta, com a Rodada Uruguai as grandes potências pretendiam operar uma mudança constitucional na economia internacional.

CONSTITUINTE E A QUESTÃO DA EMPRESA NACIONAL

Na mudança que ocorre no Brasil e se consagra com Collor, a Constituinte, na minha visão, representa um episódio muito importante. Veja, por exemplo, o caso da definição de empresa nacional, de empresa brasileira. Em 1987,

vivíamos um processo de polarização muito forte, por conta da própria Constituinte, de um lado, e pela desagregação do Plano Cruzado, por outro -- a partir daí, a inflação dispara e o conflito político e social se intensifica exponencialmente. Nesse contexto de polarização dentro da Constituinte e de intensificação de conflitos na sociedade, os conservadores, com apoio de muitos empresários, passam a combater a distinção entre empresas de capital nacional e empresas de capital estrangeiro, que foi sempre observada na organização da política econômica brasileira. Há, então, um processo de separação entre os próprios grupos empresariais, que vai se aprofundando.

No debate entre empresários, a percepção do tamanho da crise e da mudança não era difundida. Mas os “economistas de oposição” – como eram chamados os críticos da política econômica do regime autoritário -- esses economistas, ou muitos deles, tinham a percepção clara de que o capitalismo estava ingressando num outro momento, num outro patamar, e que seria fundamental para uma economia industrial como a brasileira dar um salto nesses segmentos de ponta, como condição para avançar numa trajetória de crescimento.

Aqui, não tivemos uma abertura econômica indiscriminada. A abertura comercial vinha sendo estudada desde 1985, desde a época do desenvolvimentismo e da substituição de importações. O grupo de economistas da primeira fase do Governo Sarney defendia a reserva de mercado e, por outro lado, defendia também a abertura comercial gradual. A questão não era a de uma abertura limitada: era com que propósito fazer a abertura comercial. Para eles, a abertura comercial era um aspecto de uma estratégia de desenvolvimento industrial. Ou seja: abre, dá um choque de competitividade aqui e acolá, mas não ali -- porque, em outros setores, o que se necessitava era exatamente o oposto.

Essa equação nunca chegou a ser montada, nem mesmo na primeira fase do Governo Sarney. Depois do colapso do Plano Cruzado, esses economistas

ficaram desacreditados, porque eles estavam intimamente associados aos economistas que formularam o Plano Cruzado, e as políticas que definiam pressupunham o contexto macroeconômico que resultaria do êxito deste plano. Convém insistir neste ponto, as idéias que levaram ao Plano Cruzado foram por água abaixo não necessariamente porque estavam erradas, mas porque a gestão macroeconômica se deu numa situação política muito desfavorável: tinha eleição para a Constituinte e para os governos estaduais. Havia muita coisa em jogo, e isso levava à tentação de subordinar a execução do plano às exigências de curto prazo da política, como aquela história de manter o congelamento de preços, quando estava claro que ele precisava ser corrigido.

Com o fracasso do Plano, surge uma onda de indignação no Brasil todo, pegando esses economistas e, por tabela, os fundamentos econômicos do pensamento deles. O que aconteceu é que, já em setembro de 1987, Sarney havia mudado o discurso da política econômica e transitava para um discurso liberal, idealizador do mercado, de “Viva a competição!”.

INFORMÁTICA E CONJUNTURA ELEITORAL

A política de informática foi resultado de uma negociação que terminou no Congresso Nacional, e teve o presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, como um de seus protagonistas. No final do Governo Sarney, tal política era malhada por todos, como o boneco do Judas. O que aconteceu nesse meio-tempo? Houve a Constituinte, com alguns elementos políticos que levaram à alteração das alianças. Um dos elementos foi a polarização política dentro e fora da Constituinte. O que aconteceu em 1988, do ponto de vista político eleitoral? Houve a eleição dos prefeitos, a eleição municipal – como a vitória de Luiza Erundina⁵ em São Paulo. Além de São Paulo, o PT ganha em Porto Alegre e em Campinas, com Jacó Bittar.⁶ Em 1989, havia na televisão aquele programa *Como Sair da Crise*. Jarbas Passarinho, ex-ministro, dirigente político da direita,

fazia uma apreciação do quadro político brasileiro muito equivalente à apreciação do PT. Numa reunião preparatória da campanha do PT de que participei no início de 1989, a avaliação predominante era a de que o Brasil estava numa crise orgânica, uma crise da representação político-partidária, na qual prevalecia um vácuo político. Esse vazio viria a ser rapidamente ocupado pela esquerda, o que se traduziu na opção Brizola-Lula em 1989. O outro pedaço dele, como sabemos, foi ocupado por um político sem lastro, mas audacioso, Fernando Collor de Mello.

Voltando à questão da informática. Os bancos estavam todos lançados nessa política, que era atacada intensamente, muitas vezes com base em propagandas mentirosas. A desinformação campeava, porque não tínhamos Estado àquela época. Havia problemas óbvios, mas a propaganda negativa exacerbava esses problemas. O que se ocultava na época é que foi com base nessa política de informática que se criou no Brasil um sistema tecnológico que tornou a informática, hoje, um setor internacionalizado e importante. E poderia ser muito mais. Um dos objetivos da política industrial do Governo Lula foi internalizar, no Brasil, com investimento estrangeiro, a produção de *chips*, circuitos integrados, microprocessadores. Pois bem: em 1989, todos os grandes produtores do setor - Sharp, Itautec, Bradesco - tinham planos já aprovados de produção de microprocessadores no Brasil, orçados na ordem de 500 milhões de dólares cada. Isso caiu por terra no ano seguinte. Por que se mudou a lei de informática? Ela tinha um prazo de vigência, terminava, podia ser renovada. Mas aí veio a abertura do Collor. Jorge Tapia,⁷ professor de economia da Unicamp, fez um belíssimo trabalho sobre a política de informática, em que mostra como esses grandes grupos, já no decorrer dos anos de 1985 a 1989, tinham alcançado vários objetivos e partido para outras estratégias, que envolviam a associação com grupos internacionais. Por isso, penso que nós não podemos tratar das estratégias dos grupos empresariais como se fossem

projeções de interesses incondicionados. Para entender as decisões estratégicas desses grupos, precisamos situá-los no contexto da crise econômica da época. Num quadro como aquele, o empresário tinha de ser muito corajoso, ou dispor de uma poderosíssima garantia do Estado. O empresariado tem de assumir riscos, precisa ter clareza em relação ao futuro para fazer investimentos de longo prazo, e naquele momento o Brasil não tinha nada disso. Acho que esse é um dado fundamental.

CONSTITUINTE E O CAPITALISMO BRASILEIRO

Quando começou a Constituinte, estava muito claro para mim que estávamos vivendo um momento importante na negociação das mudanças das formas institucionais que moldavam o capitalismo no Brasil: gestão da macroeconomia, relações salariais, enquadramento da força de trabalho, o sindicalismo, gestão da moeda etc. Comecei a olhar a Constituinte sob esse ângulo.

Cabe aqui relatar uma experiência pessoal. Na época da fundação do PT, eu morava no Rio de Janeiro e participei ativamente do processo. Quando vim para São Paulo em 1986, depois de quase quatro anos fora do Brasil, os núcleos do PT já não tinham o mesmo vigor dos primeiros anos, e eu me sentia meio desgarrado. Mas, nesse momento de preparação para os trabalhos constituintes, fui convidado pelo Marco Aurélio Garcia⁸ para compor um grupo que iria formar uma proposta do PT para a Constituinte. Todos os partidos, sobretudo aqueles que tinham menos capacidade de influir na Constituinte, como o PCB e o PC do B, tinham um projeto para a Constituinte. A ideia era de que também o PT contasse com um projeto para apresentação tão logo os trabalhos constituintes fossem abertos. O grupo era composto pelo próprio Marco Aurélio, que o coordenava, pelos jovens advogados Pedro Dallari⁹ e José Eduardo Cardozo,¹⁰ mais o Fábio Konder Comparato. O trabalho do grupo consistia basicamente na leitura e análise crítica do livrinho que Comparato havia publicado meses antes.

Era uma proposta de Constituição, o projeto *Muda Brasil!*, com artigos e áreas temáticas. Líamos o texto, comentávamos, mas eu não via muito o que resultaria daquele trabalho, porque a bancada do PT era muito reduzida e não teria possibilidade de emplacar um projeto inteiro com a sua marca. Eu percebi que meu espaço de intervenção não era muito grande quando ensaiei um comentário sobre as partes do livro dedicadas aos temas do planejamento e do Banco Central. Ao ver que não havia disposição a aprofundar esses temas, eu entendi que aquela atividade era antes um exercício para esquentar o corpo, não era propriamente parte do jogo.

A coisa mais interessante que aconteceu nessa experiência foi uma reunião na casa de Plínio de Arruda Sampaio. Nessa noite, verificamos que era mais produtivo e adequado construir uma metodologia para a elaboração do texto constitucional, e não trabalhar exatamente na substância de cada questão. O método era escolher temas, dividir os parlamentares em comissões e as comissões em subcomissões. Esse método para o trabalho da Constituinte foi exposto ao grupo pelo Plínio -- embora eu creia que a idéia tenha ocorrido somente a ele. Esse método foi exposto em detalhes na tese do Pilatti,¹¹ que mostra muito bem como o chamado “campo progressista nacionalista”, que era bastante minoritário, pôde obter vitórias muito importantes dentro da Constituinte.

O JOGO DOS EMPRESÁRIOS

Ainda em relação aos empresários: a análise que René Dreifuss faz em seu livro *O jogo da direita* padece do mesmo vício do seu livro anterior.¹² Ou seja, ele empresta ao seu objeto, ao ator que ele está estudando, um grau de unidade que não necessariamente é o caso. Dreifuss trabalha com a noção de uma elite orgânica e homogênea, mas de uma maneira que se traduz numa visão conspiratória. Afirma que “o golpe de 64 envolveu conspiração”. Não há golpe

sem conspiração, evidentemente. O objetivo do Dreifuss é explicar 1964 como expressão de uma conspiração. O problema é que isso não explica a crise. Porque havia mais de uma conspiração: entre os civis, entre os militares, entre os anticomunistas etc. Havia articulações diferentes, e essas articulações se apresentaram muito claramente logo na primeira semana após o golpe, com a imposição de Costa e Silva como o segundo homem, imediatamente abaixo apenas de Castello Branco. Em 1985-87, não resta dúvida nenhuma de que houve um investimento na eleição dos constituintes e de que a mobilização do campo da direita foi muito forte durante o processo constituinte. E, de fato, toda aquela mobilização empresarial que Dreifuss descreve em seu livro *O jogo da direita*, e que funcionou mais ou menos na Constituinte, irá funcionar coesamente na campanha presidencial. Todos com o Collor, contra a aliança Lula-Brizola, que foi a aliança do segundo turno.

Naquele momento, uma figura como Mário Amato¹³ ganhou uma centralidade, uma representatividade que, em outras circunstâncias, ele não teria -- como não teve depois. E por que não houve o golpe, por que essa situação se desfez? Em primeiro lugar, porque ela foi bem-sucedida no próprio decurso da Constituinte. Muitas das coisas que eram ameaçadoras para essa linha de frente foram efetivamente bloqueadas. Vejam o capítulo da reforma agrária: ali, a vitória deles foi grande. Ou a regulamentação da estabilidade de emprego, as restrições à demissão imotivada: esse foi um outro assunto que causou enorme espécie aos empresários industriais. Outro bloco temático foi o do papel dos militares, o da definição do papel constitucional das Forças Armadas. Aí, houve muita pressão e um acerto que foi considerado aceitável pelo Exército e pelas Forças Armadas.

O depoimento concedido na manhã de 11 de dezembro de 2008, na sede do Cedec. Participaram do encontro os pesquisadores Ademar Cruz, Antônio Sérgio Rocha, Cicero Araujo, Jefferson Goulart e a pós-graduanda San Romanelli Assumpção.

NOTAS

¹ Trata-se de *A Estratégia de desenvolvimento, 1974-1976. Sonho e fracasso*, tese escrita em 1978 para concurso de Professor Titular da UFRJ.

² O texto seria publicado com o título “Estado e Planejamento no Brasil (notas sobre um trabalho de Carlos Lessa)”. Estudos CEBRAP, n. 27, 1980

³ Iniciativa do senador Petrônio Portella (ARENA-PI) de abrir entendimentos com setores representativos da sociedade brasileira, tais como OAB, ABI, o movimento sindical e, por extensão, com o próprio Lula, com vistas a concretizar a distensão política “lenta, gradual e segura”.

⁴ Comissão de Coordenação do Programa de Ação do Novo Governo.

⁵ Luiza Erundina de Souza nasceu na Paraíba em 1934. Formou-se em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba em 1967. Ao longo da década de setenta, teve forte atuação política em Campina Grande, pela via de uma militância católica, participando das Ligas Camponesas e fazendo oposição ao regime militar. Em 1971, segue para São Paulo, para fazer Mestrado na Escola de Sociologia e Política. Nesse mesmo ano, é aprovada em concurso da Secretaria de Bem-Estar da Prefeitura de São Paulo. Passa a colaborar com movimentos de periferia, que reivindicam moradia e ocupam terrenos públicos abandonados, muitas vezes em associação com as Comunidades Eclesiais de Base. Em 1980, é convidada pelo então líder sindical Lula para a fundação do Partido dos Trabalhadores, pelo qual se elege vereadora em 1982. Por ocasião das eleições municipais de 1985, é escolhida pelo PT para ser vice na chapa com Eduardo Suplicy. Ficam em 3º. lugar, mas a expressiva votação obtida (19%) impulsiona o crescimento do PT na cidade. Em 1986, foi eleita deputada estadual constituinte pelo PT. Em 1988, é eleita prefeita da cidade de São Paulo pelo PT. Em 1992, se tornaria Ministra da Administração Federal do governo Itamar Franco, o que lhe valeria a expulsão do PT. Filia-se então ao PSB, pelo qual se elegeira deputada federal em 2002, 2006, 2010 e 2014.

⁶ Nascido em Manduri (SP) em 1940, Jacó Bittar é um político e sindicalista brasileiro. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, em 1980. Candidatou-se ao Senado Federal em 1982 e 1986. Elegeu-se prefeito de Campinas em 1988, também pelo PT. Em 1991, desfilou-se desse partido, ingressando no PSB.

⁷ *A trajetória da política de informática brasileira (1977-1991): Atores, Instituições e estratégias*. Campinas: Papirus, 1995.

⁸ Nascido em Porto Alegre em 1941, Marco Aurélio Garcia foi um político brasileiro filiado ao PT. Formou-se em Filosofia e Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduou-se pela Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais de Paris. Entre 1970 e 1979, esteve auto-exilado no Chile e na França. Após a anistia, voltou ao Brasil, e ajudou a formar o PT. Foi Secretário da Cultura de Campinas (1989-1990) e de São Paulo (2001-2002) e Vice-Presidente do PT de 2005 a 2010. Coordenou o Programa de Governo do candidato Lula em 1994, 1998 e 2006, e também da candidata Dilma Rousseff em 2010. É professor aposentado do Departamento de História da UNICAMP. Foi Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais. Faleceu em 2017.

⁹ Pedro Bohomeletz de Abreu Dallari é graduado em Direito pela USP em 1981 e em Administração de Empresas em 1985. cursou Mestrado e Doutorado em Direito também pela USP, concluídos em 1998.

É filho do ilustre jurista e militante dos Direitos Humanos Dalmo Dallari, igualmente professor da FDUSP. Atualmente, é professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

¹⁰ Nascido em São Paulo em abril de 1959, José Eduardo Martins Cardozo é um jurista e político brasileiro, filiado ao PT. Bacharelou-se em Direito pela PUC-SP, na qual também cursou o Mestrado e Doutorado nessa área. É Procurador do Município de São Paulo. Foi Secretário de Governo da prefeita Luiza Erundina, entre 1989 e 1992. Foi vereador da cidade de São Paulo entre 1994 e 2001, tendo sido um dos articuladores do pedido de *impeachment* do prefeito Celso Pitta. Foi Presidente da Câmara Municipal de São Paulo de 2001 a 2002. Elegeu-se deputado federal em 2002, reelegendo-se em 2006. Foi um dos relatores da Lei da Ficha Limpa. Atualmente, é Ministro da Justiça do Governo Dilma Rousseff.

¹¹ Cf. Pilatti, Adriano, *A Constituinte de 1987-1988. Progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro, Editora Lúmen Júris, 2008.

¹² Trata-se de *64, a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

¹³ Nascido em 1918, Mario Amato foi um empresário paulista. Acionista majoritário da holding Springer S/A, foi presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNA), diretor do Departamento Nacional do SESI e presidente do Conselho Superior do Instituto Superior Euvaldo Lodi. De 1986 a 1992, foi presidente da FIESP/CIESP. Foi, ainda, conselheiro da Fundação Padre Anchieta e do Teatro Municipal de São Paulo. Foi diretor da Federação Paulista de Futebol e do Clube Atlético Paulistano. Considerado pelos seus pares e pela opinião pública um empresário polêmico, durante muito tempo foi considerado um símbolo do reacionarismo das classes empreendedoras brasileiras. Sua frase mais famosa foi proferida em 1989, quando disse: “Se Lula for eleito, 800 mil empresários deixarão o país”. Anos depois, em entrevista à revista *Veja*, Amato declarou que sua frase teria sido fundamental para a derrota de Lula naquela eleição.